



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº \_\_\_\_\_

Visto

**DECISÃO RECURSO**

**Nº 001/2022**

**Referência:** Pregão Eletrônico nº 002/2022 – CBMPA.

**PAE nº:** 2021/1237168.

**Objeto da licitação:** Aquisição de materiais de proteção individual (protetor solar corpo e rosto, protetor solar labial, apito, saco estanque e óculos) e logístico (garrafão de 05 l e 12 l, caixa térmica 70 l, capa impermeável para HT, maca, ombrelone, tenda, lona para tenda e base para ombrelone), para atender as necessidades do CBMPA.

**Empresa Solicitante:** SUCESSO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

**Pregoeiro(a):** CAP Clebson **Luiz** Costa da Silva.

**Data do Certame:** 25 de abril de 2022, 09h30min.

**1. INTRODUÇÃO**

**1.1.** Trata-se de decisão do pregoeiro ao recurso interposto ao Processo Licitatório em epígrafe, do objeto supracitado.

**2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE**

**2.1.** Nos termos das legislações vigentes merece análise o pedido por ter atendido os preceitos estabelecidos no artigo 44 do decreto estadual nº 534/2020;

**2.2.** Manifestada sua intenção, a recorrente, SUCESSO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 44.417.768/0001-30, inseriu suas razões do recurso no Sistema Comprasnet dentro do prazo estabelecido, conforme preceituam as normas, portanto, merecendo ter seu mérito analisado.

**2.3.** As contrarrazões foram inseridas no sistema pela recorrida, LICITAPREMIUM SERVICOS E COMERCIO LTDA, CNPJ: 07.147.983/0001-32, dentro do prazo estabelecido, conforme preceituam as normas, portanto, merecendo ter seu mérito analisado.

**3. DO REGISTRO DA MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO NO SISTEMA COMPRASNET**





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

A Recorrente, SUCESSO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 44.417.768/0001-30, apresentou sua intenção de recurso via sistema de maneira tempestiva, o qual segue abaixo *ipsis litteris*:

Prezado Pregoeiro! A Sucesso Com e Serv. declara intenção de recurso contra a habilitação da LICITAPREMIUM SERVICOS E COMERCIO LTDA, CNPJ/CPF: 07.147.983/0001-32, para o It 10 pois contém vícios insanáveis em seus docs. habilitatórios. Balanço/Índices não possui assinatura do responsável, contrariando a Lei das Licitações. Maiores detalhes na peça editalícia. Pedimos deferimento. att

#### **4. DAS RAZÕES DO RECURSO**

A Recorrente, SUCESSO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 44.417.768/0001-30, apresentou as suas razões para o item 10 do Pregão Eletrônico (Protetor labial) via sistema tempestivamente, o qual segue, em síntese:

(...)

##### **II – DAS RAZÕES**

(...)

A sessão teve seu início às 09:30h do dia 25 de abril de 2022, sendo disputados 14 (quatorze) itens, logrando a Recorrente vencedora do item 11, sendo que neste recurso trataremos do item 10, qual seja:

**PROTETOR LABIAL:** Com aroma suave, sem brilho, com hidratação anti ressecamento, hipoalergênico, especialmente desenvolvido para proteger e cuidar da saúde dos lábios, evitando o ressecamento causado pelo sol, devendo ser de fácil aplicação, protegendo os lábios dos efeitos nocivos das radiações UV-A e UV-B, foto protetor FPS 50. Deverá possuir registro junto ao Ministério de Saúde, sendo envasado em bastão com no mínimo 4,5g ou em roll-on com no mínimo 15ml.

Embora existam todos os requisitos para habilitação dos fornecedores no pregão eletrônico, restou declarado como vencedora do item em apreço a empresa LICITAPREMIUM SERVICOS E COMERCIO LTDA, CNPJ/CPF: 07.147.983/0001-32 pelo melhor lance de R\$ 20.000,0000 e com valor negociado a R\$ 19.980,0000.

No entanto, em simples análise aos documentos habilitatórios da empresa, constatou-se que a mesma não apresentou os documentos em conformidade com o exigido no Edital. Veja-se:

“9.16.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;”

Neste sentido, também trata o art. 31 da Lei 8.666/93, conforme demonstrado a seguir:

“Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios,





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº \_\_\_\_\_

Visto

podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;”

Sendo assim, para que o balanço patrimonial esteja de fato na forma da lei, deve cumprir os seguintes requisitos:

- Balanço patrimonial do último exercício social;
- Demonstração de Resultado do Exercício;
- Assinado digitalmente pelo contador e representante legal da empresa;
- Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do Livro Diário;
- Recibo emitido pelo sistema público.

Ocorre que, no caso em apreço, o balanço patrimonial apresentado não possui assinatura do representante legal, ou seja, não atende aos requisitos mínimos necessários para que o preencha às exigências habilitatórias, não só deste, como de qualquer outro procedimento licitatório que porventura venha a ocorrer.

(...)

O Edital de licitação fica publicado durante um período justamente para que os fornecedores se adequem às exigências dos órgãos, sendo este tempo considerado suficiente para que todas as atualizações, solicitações e providências sejam tomadas por todos, como foram tomadas pela empresa aqui Recorrente.

E ainda, Sr. Pregoeiro, a declaração da empresa LICITAPREMIUM SERVICOS E COMERCIO LTDA, CNPJ/CPF: 07.147.983/0001-32 como vencedora do item em apreço certamente iria ferir um dos princípios norteadores dos processos licitatórios, qual seja, o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, disposto no Art. 3º da Lei 8.666 de 1993:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

O Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório também pode ser observado no Art. 41 da mesma lei supra. Veja-se:

Art. 41. A administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

## **5. DAS CONTRARRAZÕES**

A Recorrida, LICITAPREMIUM SERVICOS E COMERCIO LTDA, CNPJ:07.147.983/0001-32, apresentou as suas contrarrazões para o item 10 do Pregão Eletrônico (Protetor labial) via sistema tempestivamente, o qual segue, em síntese:

(...)

A licitante recorrida Licitapremium Serviços e Comércio Ltda foi declarada vencedora dos item 10





## **CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Após classificação da proposta vencedora, a seguinte empresa manifestou intenção de recurso, com os seguintes argumentos:

-SUCESSO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 44.417.768/0001-30, alega que a empresa recorrida não atendeu ao item 9.16.2 do edital, pois o balanço patrimonial apresentado não possui assinatura do representante legal, e que a Pregoeira descumpriu princípio de vinculação ao Edital, quando decretou vencedora a empresa recorrida;

(...)

A empresa recorrida apresentou o balanço patrimonial no formato digital, ou seja, está assinado digitalmente, como se observa na lateral do documento. Juntamente com o termo de autenticação de envio para Junta Comercial do Estado do Pará.

De acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade -CFC nº.686/1990, que trata na Normas Brasileira de Contabilidade, anexo NBC T XX – escrituração contábil: item 11. As demonstrações contábeis, de encerramento de exercício devem ser transcritas no “Diário”, completando-se com as assinaturas do Contabilista e do titular ou de representante legal da entidade. Igual procedimento deve ser adotado quanto às demonstrações contábeis, elaboradas por força de disposições legais, contratuais ou estatutárias.

A empresa recorrente tenta induzir a erro a Pregoeira, como se a assinatura do representante legal da empresa fosse requisito para a validade do documento, na tentativa de desclassificar a empresa recorrida.

No entanto, o técnico de contabilidade que assina o balanço patrimonial da empresa recorrida figura como representante legal da entidade, e por isso, não existe vício de legalidade no documento, que está devidamente habilitado por profissional e registrado na JUCEPA.

Portanto, o argumento da recorrente não deve prosperar, pois a empresa recorrida apresentou balanço patrimonial digital válido, cumprindo a fase de qualificação econômico-financeira.

Ademais, conforme o item 23.6 do edital, é facultado ao pregoeiro poder para “sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica”. Dessa forma, caso a Pregoeira entenda, pode solicitar diligência para ratificar a situação do balanço da empresa recorrida, apresentando a procuração assinada pelos representantes da empresa outorgando poderes para o técnico de contabilidade que assina o balanço.

Em resumo, as razões recursais da empresa recorrente expressam mais sua insatisfação em relação ao resultado da proposta vencedora da empresa recorrida, do que apontam irregularidade na condução do certame.

O emprego de formalidades exageradas acaba por frustrar a celeridade das contratações. O apego irrestrito às cláusulas editalícias, em alguns casos, também só contribuirá para a ineficiência do processo licitatório.

Carlos Pinto Coelho Motta, em seu livro “Gestão Fiscal e Resolutividade nas Licitações”, explica de forma clara: “Reputa-se formal, e por conseguinte inessencial, a falha que não tem o condão de afetar a essência da proposta, a manifestação de vontade do proponente. Quanto à documentação, a tendência doutrinária mais nítida é no sentido da aceitação do acervo documental daquele que evidencie o preenchimento das exigências legais, mesmo não tendo sido observada a





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº \_\_\_\_\_

Visto

norma estrita, delimitada no edital. Em vista da finalidade ainda maior da licitação – que é a busca da proposta mais vantajosa, a de menor preço, em modalidade propositadamente despojada de maiores burocratismos. E, nesse passo, o princípio da razoabilidade e proporcionalidade se une ao uso da legalidade para autorizar a suspensão do defeito”.

O TCU já manifestou entendimento de que o formalismo moderado se relaciona a ponderação entre o princípio da eficiência e o da segurança jurídica, ostentando importante função no cumprimento dos objetivos descritos no art. 3º da lei de licitações: busca da proposta mais vantajosa para a Administração, garantia da isonomia e promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

O TCU também manifestou que: “Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências” (Acórdão 2302/2012-Plenário).

Diante das alegações da recorrente, sobressai a percepção de que a proposta de preço da empresa LICITAPREMIUM SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA permanece como a mais vantajosa, não havendo justo motivo para desclassificá-la. Além de ser flagrante a economia em relação à proposta da segunda colocada e demais licitantes.

Dessa forma, não há qualquer razão para alterar a decisão já tomada, acertadamente, pela Pregoeira e que respeita todos os princípios basilares dos certames licitatórios.

### III. DA SOLICITAÇÃO

Em razão do julgamento exato que foi deferido por essa Pregoeira, conforme demonstramos cabalmente em nossa explanação, solicitamos que considere como indeferido os recursos apresentados.

## 6. DO PEDIDO DO RECORRENTE

(...)

Por todo o exposto, a empresa ora Recorrente vem requerer:

1) que sejam conhecidas as presentes Razões de Recurso e declaradas totalmente procedentes;

2) seja declarada nula ou revogada a decisão que houve por bem declarar a empresa LICITAPREMIUM SERVICOS E COMERCIO LTDA, CNPJ/CPF: 07.147.983/0001-32 como vencedora do presente certame, sob a alegação de que seu produto não atende as exigências do Edital;

3) Caso prospere outro entendimento por parte deste Ilmo. Pregoeiro, requer seja o presente encaminhado à apreciação da autoridade superior do órgão licitante, para que, em última análise, decida sobre seu mérito, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei Federal nº 8666/93.

4) Sejam providas, em todos os seus termos, as presentes razões de recurso, e por isso mesmo atendidos os seus pedidos, como forma de imposição e prevalência da lei, da doutrina e dos princípios da moralidade administrativa, a publicidade, a legalidade e a ampla defesa.





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

## **7. DA ANÁLISE DO RECURSO**

Do exposto e da análise das peças processuais, incluso as razões, contrarrazões, edital e seus anexos a fim de ratificar o entendimento das exigências de habilitação que compõem o edital, temos a expor que:

Inicialmente cabe esclarecer que, dentre os vários documentos exigidos em edital quanto a fase de habilitação, a recorrente faz menção ao descumprimento de apenas um por parte da recorrida LICITAPREMIUM SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA, sendo este o Balanço Patrimonial apresentado, onde devido a isto alega que recorrida deixa de cumprir o princípio de vinculação ao instrumento convocatório. Neste sentido a recorrente alega que:

(...) no caso em apreço, o balanço patrimonial apresentado não possui assinatura do representante legal, ou seja, não atende aos requisitos mínimos necessários para que o preencha às exigências habilitatórias, não só deste, como de qualquer outro procedimento licitatório que porventura venha a ocorrer. (...)

Não pairam dúvidas que a empresa recorrida apresentou o Balanço Patrimonial no bojo de sua documentação habilitatória. Desta forma, passaremos a analisar o caso concreto quanto a alegação da recorrente que o balanço patrimonial não deveria ter sido habilitado, por não possuir a assinatura do representante legal.

Nas contrarrazões da recorrida e em análise deste pregoeiro não pairam dúvidas de que é provado que balanço patrimonial está assinado eletronicamente pelo s.r Hugo da Silva Brito, que é técnico em contabilidade. Cabe atestar também que onde figuram os nomes dos representantes legais da empresa LICITAPREMIUM SERVIÇOS E COMÉRCIO, cito Maria do Socorro Gonçalves Mota e Mario Celio Lemos Mota há informativo de que tal documento está assinado em “P/P”, que nos remete a “Por procuração”, no caso técnico em contabilidade.

Ainda durante a fase de habilitação, ficou comprovado a o devido registro do balanço patrimonial apresentado, uma vez que junto ao mesmo foi apresentado o Termo de Autenticação, que comprova seu envio a Junta Comercial do Estado do Pará -JUCEPA, onde fora certificado e registrado em 10/02/2021.

Conforme estabelece o Código Civil quanto ao Balanço Patrimonial, temos:

Art. 1.065. Ao término de cada exercício social, proceder-se-á à elaboração do inventário, do **balanço patrimonial** e do balanço de resultado econômico.

Art. 1.078. A assembleia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, **nos quatro meses seguintes ao término do exercício social**, com o objetivo de:

I – tomar as contas dos administradores e **deliberar sobre o balanço patrimonial** e o de resultado econômico.







**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº \_\_\_\_\_

Visto

Para esclarecimento, caso o exercício social se encerre no último dia do ano, o prazo do balanço patrimonial deve ser realizado até o último dia do mês de abril. Neste caso, o balanço patrimonial apresentado à época da abertura do certame está em pleno vigor.

Conforme preconiza o edital no subitem 23.2:

É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, podendo revelar erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos para fins de habilitação e classificação do proponente e que não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação.

Por esta razão, em 16/05/2022 fora diligenciado via e-mail junto a recorrida o seguinte:

Boa tarde, em detrimento ao Pregão Eletrônico 02/2022 do CBMPA que se encontra em fase recursal, onde fora apresentada contrarrazões por v.s.<sup>a</sup> quanto ao item 10 (Protetor labial). Diante disso solicito que, existindo, nos apresente a procuração onde os representantes da empresa delegam ao Técnico de Contabilidade poderes para assinatura do Balanço patrimonial referente ao ano de 2020, o qual é objeto da fase de habilitação deste pregão eletrônico.

Na oportunidade, solicito com brevidade.

Clebson Luiz Costa da Silva

CAP QOBM/Membro da CPL

CBMPA

A recorrida em resposta a tal solicitação enviou procuração em 17/05/2022, como anexo ao seguinte e-mail:

**Mensagem 1 (sem anexo)**

Prezados Senhores,

Solicitamos junto a JUCEPA cópia da Procuração que foi anexada ao Balanço dando poderes para o contador assinar o Balanço que foi registrado em 10/02/2021 conforme arquivamento 20000693955.

Estamos no aguardo do posicionamento da JUCEPA,

Grato

Depto Licitações

**Mensagem 2 (com anexo)**

Prezado Senhor Pregoeiro.

Atendendo vossa solicitação, segue em nosso anexo Procurações dos sócios, dando poderes ao contador para assinar o balanço.

Grato

Depto Licitações

(\*) Favor acusar recebimento





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Desta forma, após tal diligência, proceder-se-á como anexo ao certame, a procuração enviada, bem como registrado em ata que a empresa recorrida restou mais que comprovada sua habilitação, onde o balanço patrimonial apresentado satisfaz o que preconiza o edital, o qual a transmissão e aceite pela Junta Comercial do Estado do Pará, conforme comprovante anexo ao balanço e demonstrativos contábeis, aduz o cumprimento de todos os aspectos legais exigidos no edital (comprovadamente assinado por procuração pelo técnico em contabilidade). Caso a semelhante, fica subentendido no que segue:

(...)

134. Quanto ao mérito da irregularidade, ainda que o marco temporal para a certidão estivesse fixado no edital, eventual irregularidade do contador perante o CRC soa irrelevante no curso do processo licitatório, desde que comprovado que a Junta Comercial, órgão competente *para tanto, recebeu e registrou as demonstrações contábeis à época devida.*

ACÓRDÃO Nº 981/2022 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 008.200/2019-0.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: VII – Representação.

Sendo assim, atesta-se o comprovante termo de autenticidade, o qual certifica o recebimento e registro do referido balanço patrimonial na Junta Comercial do Estado do Pará, bem como procuração apresentada em e-mail e posteriormente anexada como documentação complementar junto ao sistema COMPRASNET, a qual assisti ao técnico em contabilidade Hugo da Silva Brito representação legal à empresa recorrida.

Para corroborar a diligência acima realizada, temos as considerações do relator, Min. Walton Alencar Rodrigues, quando do Informativo 415 do TCU (Licitações e contratos administrativos):

– **Em discussão:** vedação à inclusão de documentos que deveriam constar originariamente na proposta do licitante e possibilidade de complementação.

– **Dispositivos em debate (art. 43, § 3º, da Lei n. 8.666/1993 e art. 64 da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos):**

“**Art. 43.**

(...)

§ 3 É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.”

“**Art. 64.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I – complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

(...)

– **Considerações do relator, Min. Walton Alencar Rodrigues:**







**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E  
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº \_\_\_\_\_

Visto

1) Para o relator, a interpretação literal do termo “[documentos] já apresentados” do art. 26, § 9º, do Decreto 10.024/2019 e da vedação à inclusão de documento “que deveria constar originariamente da proposta”, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, poderia levar à prática de atos dissociados do interesse público, em que “o procedimento licitatório (meio) prevalece e ganha maior importância que o resultado almejado, qual seja, a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração (fim)”.

(...)

**– Conclusões:**

I) admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição preexistente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).

## **8. CONCLUSÃO**

**8.1.** Diante do exposto **DESCONHEÇO AS RAZÕES DO RECURSO APRESENTADO**, para o mérito, **NÃO DANDO-LHE PROVIMENTO**, decidindo pela não procedência das razões apresentadas pela licitante **SUCCESSO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ 44.417.768/0001-30, para o item 10 (Protetor labial) do Edital do Pregão Eletrônico 02/2022 do CBMPA, decidindo por manter a decisão que considerou habilitada a empresa **LICITAPREMIUM SERVICOS E COMERCIO LTDA**, inscrita no CNPJ: 07.147.983/0001-32, para o item acima descrito, sob o fundamento de atendimento aos itens 9.14, 9.15 e 9.16 do edital.

**8.2.** Nos termos do art. 13 inciso III do decreto estadual nº 534/2020 encaminho os autos à autoridade competente a quem competirá decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;

**8.3.** É a decisão.

Belém-Pará, 17 de maio de 2022.

Clebson **Luiz** Costa da Silva – CAP QOBM

Pregoeiro do PE nº 02/2022 - CBMPA



**Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões****DECISÃO DO PREGOEIRO: NÃO PROCEDE (O recurso foi repassado para decisão da Autoridade Competente).**

DECISÃO RECURSO  
Nº 001/2022

Referência: Pregão Eletrônico nº 002/2022 – CBMPA.

PAE nº: 2021/1237168.

Objeto da licitação: Aquisição de materiais de proteção individual (protetor solar corpo e rosto, protetor solar labial, apito, saco estanque e óculos) e logístico (garrafão de 05 l e 12 l, caixa térmica 70 l, capa impermeável para HT, maca, ombrelone, tenda, lona para tenda e base para ombrelone), para atender as necessidades do CBMPA.

Empresa Solicitante: SUCESSO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Pregoeiro(a): CAP Clebson Luiz Costa da Silva.

Data do Certame: 25 de abril de 2022, 09h30min.

**1. INTRODUÇÃO**

1.1. Trata-se de decisão do pregoeiro ao recurso interposto ao Processo Licitatório em epí-grafe, do objeto supracitado.

**2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE**

2.1. Nos termos das legislações vigentes merece análise o pedido por ter atendido os preceitos estabelecidos no artigo 44 do decreto estadual nº 534/2020;

2.2. Manifestada sua intenção, a recorrente, SUCESSO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 44.417.768/0001-30, inseriu suas razões do recurso no Sistema Comprasnet dentro do prazo estabelecido, conforme preceituam as normas, portanto, merecendo ter seu mérito analisado.

2.3. As contrarrazões foram inseridas no sistema pela recorrida, LICITAPREMIUM SERVI-COS E COMERCIO LTDA, CNPJ: 07.147.983/0001-32, dentro do prazo estabelecido, conforme preceituam as normas, portanto, merecendo ter seu mérito analisado.

**3. DO REGISTRO DA MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO NO SISTEMA COMPRASNET**

A Recorrente, SUCESSO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 44.417.768/0001-30, apresentou sua intenção de recurso via sistema de maneira tempestiva, o qual segue abaixo *ipsis litteris*:

Prezado Pregoeiro! A Sucesso Com e Serv. declara intenção de recurso contra a habilitação da LICITAPREMIUM SERVICOS E COMERCIO LTDA, CNPJ/CPF: 07.147.983/0001-32, para o It 10 pois contém vícios insanáveis em seus docs. habilitatórios. Balanço/Índices não possui assinatura do responsável, contrariando a Lei das Licitações. Maiores detalhes na peça editalícia. Pedimos deferimento. att

**4. DAS RAZÕES DO RECURSO**

A Recorrente, SUCESSO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 44.417.768/0001-30, apresentou as suas razões para o item 10 do Pregão Eletrônico (Protetor labial) via sistema tempestivamente, o qual segue, em síntese:

(...)

**II – DAS RAZÕES**

(...)

A sessão teve seu início às 09:30h do dia 25 de abril de 2022, sendo disputados 14 (quatorze) itens, logrando a Recorrente vencedora do item 11, sendo que neste recurso trataremos do item 10, qual seja:

PROTECTOR LABIAL: Com aroma suave, sem brilho, com hidratação anti ressecamento, hipoalergênico, especialmente desenvolvido para proteger e cuidar da saúde dos lábios, evitando o ressecamento causado pelo sol, devendo ser de fácil aplicação, protegendo os lábios dos efeitos nocivos das radiações UV-A e UV-B, foto protetor FPS 50. Deverá possuir registro junto ao Ministério de Saúde, sendo envasado em bastão com no mínimo 4,5g ou em roll-on com no mínimo 15ml.

Embora existam todos os requisitos para habilitação dos fornecedores no pregão eletrônico, restou declarado como vencedora do item em apreço a empresa LICITAPREMIUM SERVICOS E COMERCIO LTDA, CNPJ/CPF: 07.147.983/0001-32 pelo melhor lance de R\$ 20.000,0000 e com valor negociado a R\$ 19.980,0000.

No entanto, em simples análise aos documentos habilitatórios da empresa, constatou-se que a mesma não apresentou os documentos em conformidade com o exigido no Edital. Veja-se:

“9.16.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;”

Neste sentido, também trata o art. 31 da Lei 8.666/93, conforme demonstrado a seguir:

“Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;”

Sendo assim, para que o balanço patrimonial esteja de fato na forma da lei, deve cumprir os seguintes requisitos:

- Balanço patrimonial do último exercício social;

- Demonstração de Resultado do Exercício;
- Assinado digitalmente pelo contador e representante legal da empresa;
- Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do Livro Diário;
- Recibo emitido pelo sistema público.

Ocorre que, no caso em apreço, o balanço patrimonial apresentado não possui assinatura do representante legal, ou seja, não atende aos requisitos mínimos necessários para que o preencha às exigências habilitatórias, não só deste, como de qualquer outro procedimento licitatório que porventura venha a ocorrer.

(...)

O Edital de licitação fica publicado durante um período justamente para que os fornecedores se adequem às exigências dos órgãos, sendo este tempo considerado suficiente para que todas as atualizações, solicitações e providências sejam tomadas por todos, como foram tomadas pela empresa aqui Recorrente.

E ainda, Sr. Pregoeiro, a declaração da empresa LICITAPREMIUM SERVICOS E COMERCIO LTDA, CNPJ/CPF: 07.147.983/0001-32 como vencedora do item em apreço certamente iria ferir um dos princípios norteadores dos processos licitatórios, qual seja, o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, disposto no Art. 3º da Lei 8.666 de 1993:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

O Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório também pode ser observado no Art. 41 da mesma lei supra. Veja-se:

Art. 41. A administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

## 5. DAS CONTRARRAZÕES

A Recorrida, LICITAPREMIUM SERVICOS E COMERCIO LTDA, CNPJ:07.147.983/0001-32, apresentou as suas contrarrazões para o item 10 do Pregão Eletrônico (Protetor labial) via sistema tempestivamente, o qual segue, em síntese:

(...)

A licitante recorrida Licitapremium Serviços e Comércio Ltda foi declarada vencedora dos item 10

Após classificação da proposta vencedora, a seguinte empresa manifestou intenção de recurso, com os seguintes argumentos:

-SUCESSO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 44.417.768/0001-30, alega que a empresa recorrida não atendeu ao item 9.16.2 do edital, pois o balanço patrimonial apresentado não possui assinatura do representante legal, e que a Pregoeira descumpriu princípio de vinculação ao Edital, quando decretou vencedora a empresa recorrida;

(...)

A empresa recorrida apresentou o balanço patrimonial no formato digital, ou seja, está assinado digitalmente, como se observa na lateral do documento. Juntamente com o termo de autenticação de envio para Junta Comercial do Estado do Pará.

De acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade -CFC nº.686/1990, que trata na Normas Brasileira de Contabilidade, anexo NBC T XX – escrituração contábil: item 11. As demonstrações contábeis, de encerramento de exercício devem ser transcritas no "Diário", completando-se com as assinaturas do Contabilista e do titular ou de representante legal da entidade. Igual procedimento deve ser adotado quanto às demonstrações contábeis, elaboradas por força de disposições legais, contratuais ou estatutárias.

A empresa recorrente tenta induzir a erro a Pregoeira, como se a assinatura do representante legal da empresa fosse requisito para a validade do documento, na tentativa de desclassificar a empresa recorrida.

No entanto, o técnico de contabilidade que assina o balanço patrimonial da empresa recorrida figura como representante legal da entidade, e por isso, não existe vício de legalidade no documento, que está devidamente habilitado por profissional e registrado na JUCEPA.

Portanto, o argumento da recorrente não deve prosperar, pois a empresa recorrida apresentou balanço patrimonial digital válido, cumprindo a fase de qualificação econômico-financeira.

Ademais, conforme o item 23.6 do edital, é facultado ao pregoeiro poder para "sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica". Dessa forma, caso a Pregoeira entenda, pode solicitar diligência para ratificar a situação do balanço da empresa recorrida, apresentando a procuração assinada pelos representantes da empresa outorgando poderes para o técnico de contabilidade que assina o balanço.

Em resumo, as razões recursais da empresa recorrente expressam mais sua insatisfação em relação ao resultado da proposta vencedora da empresa recorrida, do que apontam irregularidade na condução do certame.

O emprego de formalidades exageradas acaba por frustrar a celeridade das contratações. O apego irrestrito às cláusulas editalícias, em alguns casos, também só contribuirá para a ineficiência do processo licitatório.

Carlos Pinto Coelho Motta, em seu livro "Gestão Fiscal e Resolutividade nas Licitações", explica de forma clara: "Reputa-se formal, e por conseguinte inessencial, a falha que não tem o condão de afetar a essência da proposta, a manifestação de vontade do proponente. Quanto à documentação, a tendência doutrinária mais nítida é no sentido

da aceitação do acervo documental daquele que evidencie o preenchimento das exigências legais, mesmo não tendo sido observada a norma estrita, delimitada no edital. Em vista da finalidade ainda maior da licitação – que é a busca da proposta mais vantajosa, a de menor preço, em modalidade propositadamente despojada de maiores burocratismos. E, nesse passo, o princípio da razoabilidade e proporcionalidade se une ao uso da legalidade para autorizar a suspensão do defeito”.

O TCU já manifestou entendimento de que o formalismo moderado se relaciona a ponderação entre o princípio da eficiência e o da segurança jurídica, ostentando importante função no cumprimento dos objetivos descritos no art. 3º da lei de licitações: busca da proposta mais vantajosa para a Administração, garantia da isonomia e promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

O TCU também manifestou que: “Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências” (Acórdão 2302/2012-Plenário).

Diante das alegações da recorrente, sobressai a percepção de que a proposta de preço da empresa LICITAPREMIUM SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA permanece como a mais vantajosa, não havendo justo motivo para desclassificá-la. Além de ser flagrante a economia em relação à proposta da segunda colocada e demais licitantes.

Dessa forma, não há qualquer razão para alterar a decisão já tomada, acertadamente, pela Pregoeira e que respeita todos os princípios basilares dos certames licitatórios.

### III. DA SOLICITAÇÃO

Em razão do julgamento exato que foi deferido por essa Pregoeira, conforme demonstramos cabalmente em nossa explanação, solicitamos que considere como indeferido os recursos apresentados.

### 6. DO PEDIDO DO RECORRENTE

(...)

Por todo o exposto, a empresa ora Recorrente vem requerer:

- 1) que sejam conhecidas as presentes Razões de Recurso e declaradas totalmente procedentes;
- 2) seja declarada nula ou revogada a decisão que houve por bem declarar a empresa LICITAPREMIUM SERVICOS E COMERCIO LTDA, CNPJ/CPF: 07.147.983/0001-32 como vencedora do presente certame, sob a alegação de que seu produto não atende as exigências do Edital;
- 3) Caso prospere outro entendimento por parte deste Ilmo. Pregoeiro, requer seja o presente encaminhado à apreciação da autoridade superior do órgão licitante, para que, em última análise, decida sobre seu mérito, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei Federal nº 8666/93.
- 4) Sejam providas, em todos os seus termos, as presentes razões de recurso, e por isso mesmo atendidos os seus pedidos, como forma de imposição e prevalência da lei, da doutrina e dos princípios da moralidade administrativa, a publicidade, a legalidade e a ampla defesa.

### 7. DA ANÁLISE DO RECURSO

Do exposto e da análise das peças processuais, incluso as razões, contrarrazões, edital e seus anexos a fim de ratificar o entendimento das exigências de habilitação que compõem o edital, temos a expor que:

Inicialmente cabe esclarecer que, dentre os vários documentos exigidos em edital quanto a fase de habilitação, a recorrente faz menção ao descumprimento de apenas um por parte da recorrida LICITAPREMIUM SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA, sendo este o Balanço Patrimonial apresentado, onde devido a isto alega que recorrida deixa de cumprir o princípio de vinculação ao instrumento convocatório. Neste sentido a recorrente alega que:

(...) no caso em apreço, o balanço patrimonial apresentado não possui assinatura do representante legal, ou seja, não atende aos requisitos mínimos necessários para que o preencha às exigências habilitatórias, não só deste, como de qualquer outro procedimento licitatório que porventura venha a ocorrer. (...)

Não pairam dúvidas que a empresa recorrida apresentou o Balanço Patrimonial no bojo de sua documentação habilitatória. Desta forma, passaremos a analisar o caso concreto quanto a alegação da recorrente que o balanço patrimonial não deveria ter sido habilitado, por não possuir a assinatura do representante legal.

Nas contrarrazões da recorrida e em análise deste pregoeiro não pairam dúvidas de que é provado que balanço patrimonial está assinado eletronicamente pelo s.r Hugo da Silva Brito, que é técnico em contabilidade. Cabe atestar também que onde figuram os nomes dos representantes legais da empresa LICITAPREMIUM SERVIÇOS E COMÉRCIO, cito Maria do Socorro Gonçalves Mota e Mario Celio Lemos Mota há informativo de que tal documento está assinado em “P/P”, que nos remete a “Por procuração”, no caso técnico em contabilidade.

Ainda durante a fase de habilitação, ficou comprovado a o devido registro do balanço patrimonial apresentado, uma vez que junto ao mesmo foi apresentado o Termo de Autenticação, que comprova seu envio a Junta Comercial do Estado do Pará -JUCEPA, onde fora certificado e registrado em 10/02/2021.

Conforme estabelece o Código Civil quanto ao Balanço Patrimonial, temos:

Art. 1.065. Ao término de cada exercício social, proceder-se-á à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

Art. 1.078. A assembleia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, com o objetivo de:

I – tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

Para esclarecimento, caso o exercício social se encerre no último dia do ano, o prazo do balanço patrimonial deve ser realizado até o último dia do mês de abril. Neste caso, o balanço patrimonial apresentado à época da abertura do certame está em pleno vigor.

Conforme preconiza o edital no subitem 23.2:

É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, podendo revelar erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos para fins de habilitação e classificação do proponente e que não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação.

Por esta razão, em 16/05/2022 fora diligenciado via e-mail junto a recorrida o seguinte:

Boa tarde, em detrimento ao Pregão Eletrônico 02/2022 do CBMPA que se encontra em fase recursal, onde fora apresentada contrarrazões por v.s.<sup>a</sup> quanto ao item 10 (Protetor labial). Diante disso solicito que, existindo, nos apresente a procuração onde os representantes da empresa delegam ao Técnico de Contabilidade poderes para assinatura do Balanço patrimonial referente ao ano de 2020, o qual é objeto da fase de habilitação deste pregão eletrônico.

Na oportunidade, solicito com brevidade.

Clebson Luiz Costa da Silva  
CAP QOBM/Membro da CPL  
CBMPA

A recorrida em resposta a tal solicitação enviou procuração em 17/05/2022, como anexo ao seguinte e-mail:

Mensagem 1 (sem anexo)

Prezados Senhores,

Solicitamos junto a JUCEPA cópia da Procuração que foi anexada ao Balanço dando poderes para o contador assinar o Balanço que foi registrado em 10/02/2021 conforme arquivamento 20000693955.

Estamos no aguardo do posicionamento da JUCEPA,

Grato

Depto Licitações

Mensagem 2 (com anexo)

Prezado Senhor Pregoeiro.

Atendendo vossa solicitação, segue em nosso anexo Procurações dos sócios, dando poderes ao contador para assinar o balanço.

Grato

Depto Licitações

(\*) Favor acusar recebimento

Desta forma, após tal diligência, proceder-se-á como anexo ao certame, a procuração enviada, bem como registrado em ata que a empresa recorrida restou mais que comprovada sua habilitação, onde o balanço patrimonial apresentado satisfaz o que preconiza o edital, o qual a transmissão e aceite pela Junta Comercial do Estado do Pará, conforme comprovante anexo ao balanço e demonstrativos contábeis, aduz o cumprimento de todos os aspectos legais exigidos no edital (comprovadamente assinado por procuração pelo técnico em contabilidade). Caso a semelhante, fica subentendido no que segue:

(...)

134. Quanto ao mérito da irregularidade, ainda que o marco temporal para a certidão estivesse fixado no edital, eventual irregularidade do contador perante o CRC soa irrelevante no curso do processo licitatório, desde que comprovado que a Junta Comercial, órgão competente para tanto, recebeu e registrou as demonstrações contábeis à época devida.

ACÓRDÃO Nº 981/2022 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 008.200/2019-0.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: VII – Representação.

Sendo assim, atesta-se o comprovante termo de autenticidade, o qual certifica o recebimento e registro do referido balanço patrimonial na Junta Comercial do Estado do Pará, bem como procuração apresentada em e-mail e posteriormente anexada como documentação complementar junto ao sistema COMPRASNET, a qual assisti ao técnico em contabilidade Hugo da Silva Brito representação legal à empresa recorrida.

Para corroborar a diligência acima realizada, temos as considerações do relator, Min. Walton Alencar Rodrigues, quando do Informativo 415 do TCU (Licitações e contratos administrativos):

– Em discussão: vedação à inclusão de documentos que deveriam constar originariamente na proposta do licitante e possibilidade de complementação.

– Dispositivos em debate (art. 43, § 3º, da Lei n. 8.666/1993 e art. 64 da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos):

“Art. 43.

(...)

§ 3 É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.”

“Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I – complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos

licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

(...)

– Considerações do relator, Min. Walton Alencar Rodrigues:

1) Para o relator, a interpretação literal do termo “[documentos] já apresentados” do art. 26, § 9º, do Decreto 10.024/2019 e da vedação à inclusão de documento “que deveria constar originariamente da proposta”, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, poderia levar à prática de atos dissociados do interesse público, em que “o procedimento licitatório (meio) prevalece e ganha maior importância que o resultado almejado, qual seja, a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração (fim)”.

(...)

– Conclusões:

I) admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição preexistente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a

desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).

#### 8. CONCLUSÃO

8.1. Diante do exposto DESCONHEÇO AS RAZÕES DO RECURSO APRESENTADO, para o mérito, NÃO DANDO-LHE PROVIMENTO, decidindo pela não procedência das razões apresentadas pela licitante SUCESSO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ 44.417.768/0001-30, para o item 10 (Protetor labial) do Edital do Pregão Eletrônico 02/2022 do CBMPA, decidindo por manter a decisão que considerou habilitada a empresa LICITAPREMIUM SERVICOS E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ: 07.147.983/0001-32, para o item acima descrito, sob o fundamento de atendimento aos itens 9.14, 9.15 e 9.16 do edital.

8.2. Nos termos do art. 13 inciso III do decreto estadual nº 534/2020 encaminho os autos à autoridade competente a quem competirá decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;

8.3. É a decisão.

Belém-Pará, 17 de maio de 2022.

Clebson Luiz Costa da Silva – CAP QOBM  
Pregoeiro do PE nº 02/2022 - CBMPA

**Voltar**



## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### **DECISÃO DA AUT. COMPETENTE: MANTÉM DECISÃO PREGOEIRO**

Após análise da decisão do pregoeiro titular, o Cap QOBM Clebson Luiz Costa da Silva, referente ao recurso impetrado ao resultado do Pregão Eletrônico nº 02/2022-CBMPA, cujo objeto é Aquisição de materiais de proteção individual (protetor solar corpo e rosto, protetor solar labial, apito, saco estanque e óculos) e logístico (garrafão de 05 l e 12 l, caixa térmica 70 l, capa impermeável para HT, maca, ombrelone, tenda, lona para tenda e base para ombrelone), para atender as necessidades do CBMPA, inicialmente cabe citar os atos até aqui consignados: A fase externa teve início em 08/04/2022 e, neste ato, o processo licitatório contava com as peças e condições requeridas para tal; não houve registro de impugnações, porém houve pedido de esclarecimento, consignados nos autos e em campo próprio no sistema comprasnet; Processada a fase de lances, de julgamento de propostas e de habilitação, foi manifestada intenção de recorrer pela empresa SUCESSO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 44.417.768/0001-30, ao resultado proferido pelo pregoeiro responsável em 04/05/2022 quando habilitou para o item 10 da licitação (Protetor labial) a empresa LICITAPREMIUM SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA, CNPJ 07.147.983/0001-32, com ponderações no que tange à habilitação (que a recorrida não apresentou balanço patrimonial do último exercício com assinatura do representante legal); O pregoeiro responsável, a fim de subsidiar sua análise e proferir sua decisão, nos termos do art. 17 do decreto estadual nº 534/2020 realizou diligências no sentido de comprovar a devida qualificação econômico-financeira da licitante habilitada, sobretudo no que tange ao balanço patrimonial apresentado, conforme prevê ao art. 31 da Lei 8.666/93.

Em análise do caso, constata-se que o Balanço Patrimonial apresentado está assinado digitalmente e unicamente pelo técnico em contabilidade, o s.r. Hugo da Silva Brito. Além disso, que fique registrado que documento apresentado está devidamente transmitido a Junta Comercial do Estado do Pará - JUCEPA, conforme Termo de Autenticação anexo ao aludido documento, comprovando desta forma sua aceitação e regularidade perante o órgão fiscalizador.

Ainda assim, para que não pairasse incerteza, o pregoeiro titular, conforme estipula o subitem 23.2 do edital, diligenciou junto a recorrida por meio de e-mail datado de 16/05/2022, solicitou procuração que delegasse os poderes ao s.r. Hugo da Silva Brito para assinar o Balanço Patrimonial em nome de Maria do Socorro Gonçalves Mota e Mario Célio Lemos Mota, representantes legais da empresa, o qual obteve retorno em 17/05/2022.

Registra-se neste ato que fora apresentado procuração datada de 13/01/2020, devidamente registrada no Cartório Condurú 4º Ofício de Notas - Belém/PA, anterior à assinatura do referido Balanço Patrimonial, o que ratifica o entendimento do pregoeiro quanto da aceitação do documento como regular.

Em despacho o pregoeiro utiliza-se do Art. 1078 do código civil que estipula o limite para deliberação do balanço patrimonial, no qual há o entendimento de que o Balanço Patrimonial apresentado está em pleno vigor quando da abertura da sessão do certame em 25/04/2022.

Desta forma, este Ordenador de Despesas vislumbra que a habilitação da recorrida se deu com base nos princípios à vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, vistos assim como motivos suficientes para manter a decisão do pregoeiro, o Cap Clebson Luiz Costa da Silva, neste caso, para fins de maior transparência ao processo, que o pregoeiro registre em ata complementar todas as diligências realizadas, para fins de futura auditoria e/ou outras necessidades.

É a decisão.

Belém-Pará, 24 de maio de 2022.

Hayman Apolo Gomes de Souza- CEL QOBM  
Comandante-Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil  
Ordenador de Despesas

**Fechar**